

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL N° 065**

Período: de 18/01/03 a 24/01/03

Franca – Brasil

- 1 - Reforma da Previdência I
- 2 - “Por que não o Brasil?”
- 3 - Agência Brasileira de Inteligência (Abin) vai abrir escritório em Foz do Iguaçu
- 4 - Reforma da Previdência II
- 5 - Aeronáutica tem plano de contingência para eventual colapso de companhias aéreas
- 6 - Reforma da Previdência III
- 7 - Gabinete de Segurança Institucional e Ministério da Justiça disputam Secretaria Nacional Antidrogas (Senad)
- 8 – Reforma da Previdência IV
- 9 - Previdência quer discutir regime de aposentadoria de militares
- 10 - Ministério da Defesa não desistiu da compra de novos caças

Reforma da Previdência I

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Felício, disse na quinta-feira (17) que a entidade só apoiará uma reforma da Previdência Social se ela assegurar um regime único para todos os trabalhadores, com teto equivalente a 20 salários mínimos, atualmente equivalente a R\$ 4.000,00. Felício foi recebido em audiência pelo Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, e também defendeu a inclusão dos militares no sistema único. Segundo João Felício, “não há justificativa ética, moral, política ou filosófica que permita a exclusão dos militares”. O presidente da CUT afirmou que tanto o Ministro da Previdência quanto o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, asseguraram que os militares não ficarão fora da reforma, e que serão feitas correções no sistema de previdência dos militares. (O Estado de S. Paulo – Nacional -18/01/03)

“Por que não o Brasil?”

Em sua coluna Alberto Dines aponta a estranheza que causa nos meios acadêmicos e científicos a polêmica gerada pelas declarações do ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, a respeito das pretensões do Brasil de conhecer e desenvolver a energia nuclear, inclusive para a fabricação da bomba atômica e para fins pacíficos. A pergunta que Dines faz é: “se os outros países fazem, por que não o Brasil?” (Jornal do Brasil – Colunas – Alberto Dines – 18/01/03)

Agência Brasileira de Inteligência (Abin) vai abrir escritório em Foz do Iguaçu

Ainda em sua coluna, Alberto Dines afirmou que o governo brasileiro não admite sua preocupação com a região da Tríplice Fronteira (região de fronteira entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai), mas a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) vai abrir um escritório na cidade de Foz do Iguaçu em 2003. (Jornal do Brasil – Colunas – Alberto Dines – 18/01/03)

Reforma da Previdência II

O Ministro da Defesa, José Viegas Filho, informou na última quinta-feira (17), no Palácio do Planalto, que os militares não ficarão de fora da reforma da Previdência, embora ainda não esteja totalmente definido de que maneira eles serão atingidos. Uma das principais alternativas em estudo é a criação de um fundo de pensão para as Forças Armadas; um fundo de pensão pode garantir, num sistema de previdência complementar, aposentadorias integrais para os militares, desde que eles e o governo contribuam para isso. De acordo com Viegas, este é um dos recursos para corrigir distorções. Para discutir o assunto, o Ministro da Defesa se reuniu com o Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu. Na véspera, Dirceu afirmou confiar no "espírito patriótico dos militares" para colaborar com a reforma da Previdência. O Ministro da Defesa apoiou as declarações do chefe da Casa Civil e complementou dizendo que tudo será feito para que haja uma reforma justa, correta e sensível às características dos distintos setores, inclusive respeitando as especificidades dos militares. Os direitos adquiridos pelos militares serão respeitados para quem já está aposentado ou já completou o tempo para se aposentar. Para os que estão na ativa, haverá um regime de transição, e os que ingressarem na carreira após a aprovação da reforma estarão sujeitos às novas regras, ainda não definidas. Técnicos do governo consideram uma distorção a possibilidade de os militares irem para a reserva com 30 anos de serviço, enquanto os demais servidores só podem se aposentar com 35 anos, no caso dos homens. Há ainda quem questione o fato de a categoria computar como tempo de serviço os quatro anos de estudo indispensáveis na academia militar. Embora o Ministro da Defesa tenha declarado que o clima nas Forças Armadas seja de "grande tranquilidade", a notícia de criação de uma previdência complementar não foi bem recebida nos quartéis. Os militares reconhecem que um fundo de pensão pode representar a manutenção das aposentadorias nos níveis atuais, mas reclamam que isso exigirá um sacrifício a mais para a categoria, já que haverá um aumento dos descontos nos salários de quem ainda não completou o tempo de se aposentar. Viegas comentou a proposta do presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Felício, de que todas as aposentadorias acima de um teto de 20 salários mínimos tenham uma previdência complementar, incluindo os militares. O porta-voz do Planalto, André Singer, por sua vez, disse que o modelo de reforma da Previdência a ser encaminhado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Congresso será aquele aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Segundo Singer, isso significa que as mudanças na Previdência serão as determinadas pelo Conselho, mesmo que não coincidam com as propostas idealizadas por Lula. O debate com a sociedade, de acordo com o ministro Tarso Genro, secretário-executivo do Conselho, será aberto no dia 13 de fevereiro e deverá se estender pelo menos por 90 dias. (O Estado de São Paulo – Nacional - 18/01/03).

Aeronáutica tem plano de contingência para eventual colapso de companhias aéreas

A Aeronáutica tem um plano de contingência para o caso de a Varig ou qualquer outra companhia aérea brasileira entrar em colapso. Entretanto, o governo fará tudo - a não ser dar dinheiro - para evitar a falência da Varig. Já vem pedindo, por exemplo, "paciência" aos seus credores. É o que afirma o

comandante da Aeronáutica, brigadeiro Luiz Carlos da Silva Bueno. Em entrevista ao jornal “*O Estado de S.Paulo*”, Bueno garante que a penúria orçamentária não compromete a segurança de voo no Brasil. O brigadeiro, de 62 anos, recém-empossado no comando da Aeronáutica, acha que o controle do espaço aéreo não deve sair das mãos dos militares, mas admite que isso possa ocorrer com o sistema de investigação e prevenção de acidentes, com a criação da Agência Nacional de Aviação Civil. Ele diz não ser vantajoso para a Aeronáutica acumular mais um encargo sem ganhar por isto. Luis Carlos Bueno diz que a Aeronáutica tem um plano de contingência, em caso de colapso de qualquer companhia aérea e este vem sendo constantemente atualizado. Sua última atualização consta de janeiro deste ano. Ao menor vislumbre de falha no atendimento ao usuário, há um recobrimento dessa área. A Força Aérea Brasileira (FAB) é responsável pela manutenção de 1.200 aeroportos, sendo os quais, da Região Amazônica, do Brasil Central, do interior do Nordeste, da Região Sul, do Rio de Janeiro, etc. Nesses aeroportos é tarefa da FAB o combate a incêndios, o fornecimento de dados meteorológicos, a manutenção das condições das pistas, etc; daí a necessidade de recursos. (*O Estado de S. Paulo – Economia -19/01/03*)

Reforma da Previdência III

Na sessão “Opinião” do jornal *Correio Braziliense*, Jarbas Passarinho, que já foi senador, governador e ministro de Estado e atualmente é o presidente da Fundação Milton Campos, fala sobre o julgamento que se faz acerca dos supostos privilégios de que desfrutariam os militares, enfatizando o significado da palavra “privilégio”, que, segundo consta no dicionário *Aurélio*, consiste em “vantagem que se concede a alguém com exclusão de outrem e contra o direito comum”. Jarbas Passarinho conta que ingressou na Escola Militar do Rio de Janeiro em 1941, interessado na estabilidade da carreira e na futura aposentadoria integral. Atenta, porém, para a contrapartida das “vantagens” militares: não possuem direito à sindicalização, não podem fazer greves, nem postular direitos ou integrar partidos políticos. Além disso, o militar não recebe pelas horas extras quando trabalha durante 24 horas, independente das condições meteorológicas, além de conviver constantemente sob o risco de perder a vida. Passarinho narra, ao longo do artigo, a história de sua carreira militar, mostrando seus próprios sacrifícios e prejuízos para demonstrar a indignação com a pretensa futura mudança do sistema previdenciário no tocante ao profissional militar aposentado, e assim conclui: “Que é imperativo reformar a Previdência, não há dúvida, mas não se faça do militar o bode expiatório. Ou se considere, de vez, desnecessárias as Forças Armadas.” (*Correio Braziliense – Opinião - Jarbas Passarinho -19/01/03*)

Gabinete de Segurança Institucional e Ministério da Justiça disputam Secretaria Nacional Antidrogas (Senad)

O general Jorge Armando Félix, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, e Márcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça, estão travando uma disputa pelo controle da Secretaria Nacional Antidrogas, a Senad. A decisão sobre a qual órgão a Secretaria ficará subordinada será publicada no mês de fevereiro, quando será editada uma Medida Provisória que prevê a nova estrutura dos órgãos e cargos federais na Esplanada. Bastos aposta na inclusão da Senad na estrutura do Ministério da

Justiça; Jorge Félix, por sua vez, acredita que a Senad será mantida com o Gabinete de Segurança Institucional. O controle da Senad envolve uma estrutura com mais de 40 cargos comissionados (de confiança) e verbas anuais de R\$ 13 milhões. Bastos tem a seu favor o programa eleitoral de Lula para o combate às drogas, que prevê a transformação da Senad em Coordenação Nacional de Políticas de Drogas, vinculada ao Ministério da Justiça. Os partidários desta mudança criticam, entre outros aspectos, o alinhamento às teses norte-americanas de prevenção à droga e a proximidade com a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) dos militares que atuam no Gabinete de Segurança Institucional. (Correio Braziliense – Política – 22/01/02)

Reforma da Previdência IV

Têm causando grande repercussão a iniciativa do governo federal de reformar a Previdência Social, visando o combate às enormes desigualdades - principalmente nos valores dos vencimentos – entre os segurados da iniciativa privada e funcionalismo público. Não só é numeroso, como também contundente, o material publicado na imprensa brasileira no que se refere à defesa dos direitos adquiridos e constitucionais das diversas categorias de servidores públicos que gozam de regimes diferenciados de aposentadoria, entre eles, os militares. Na seção “Opinião”, do jornal *Correio Braziliense* desta sexta-feira (24), o jornalista e ex-Ministro do Trabalho Marcelo Pimentel, a exemplo do que já fizera na semana passada, saiu em defesa dos regimes diferenciados de aposentadoria para aquelas categorias que Pimentel chama de “elites que constroem o país intelectual e profissionalmente”, atentando que todo país tem suas elites, e estas categorias, “que pagam os maiores impostos junto com as classes produtoras, que criam riquezas, que as controlam ou as tornam reprodutivas, enfim garantem a sobrevivência da grande massa”, não podem ser “emparelhadas pela mediocridade”. Marcelo Pimentel volta a afirmar que a reforma da previdência não pode ignorar as particularidades das naturezas das diversas ocupações, sem, contudo que esta atitude constitua a defesa de privilégios, e que aquela não pode ser feita sob uma filosofia “falsamente igualitária”, estabelecendo uma “interpretação literal e pouco lúcida do princípio constitucional de que todos são iguais perante a lei”. Segundo ele, “iguais são, mas entre iguais”. A defesa dos direitos constitucionais daquelas categorias que possuem regimes especiais de aposentadoria – militares, magistrados, etc – também foi o tema do artigo do advogado Saulo Ramos no jornal *O Globo* neste dia 24. Para Ramos, no Brasil há uma forte tendência à interpretação do direito de forma condicionada à situação dos cofres públicos, mas que esta discussão envolve o direito constitucional, sobre a natureza dos direitos adquiridos e a cláusula pétrea, que proíbe emenda constitucional abolindo direitos e garantias individuais. (Correio Braziliense – Opinião – Marcelo Pimentel – 24/01/03; *O Globo* – Opinião – Saulo Ramos – 24/01/03)

Previdência quer discutir regime de aposentadoria de militares

Na sua coluna deste dia 24 Gustavo Krieger informe que nesse mesmo dia haverá uma reunião do Conselho Nacional de Previdência Social, em que o Ministro da Previdência Ricardo Berzoini vai destacar o peso dos militares no déficit orçamentário da Previdência; só com pensões de viúvas e filhos de militares, a Previdência gasta R\$ 5 bilhões. De acordo com a coluna, Berzoini sabe que as Forças Armadas continuarão a ter um regime especial de

aposentadoria, mas que o Ministro quer discutir o quanto “especial” será esse sistema. (Jornal do Brasil – Colunas – Gustavo Krieger - 24/01/03)

Ministério da Defesa não desistiu da compra de novos caças

Ainda em sua coluna, Gustavo Krieger aponta que o Ministério da Defesa não desistiu da compra dos novos caças supersônicos para a Aeronáutica. Segundo Krieger, o Ministério da Defesa continua estudando o caso e pretende voltar ao assunto quando houver o melhor momento político para reiniciar a concorrência internacional. (Jornal do Brasil – Colunas – Gustavo Krieger - 24/01/03)

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de S.Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, bolsista CNPq/Pibiq, Adele Godoy, bolsista PAE/Unesp e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.